



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006255-15.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Repetição de indébito**
 Requerente: **Eli Xavier de Arruda**
 Requerido: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Eli Xavier de Arruda ajuizou esta ação contra o **Município de São Carlos**, sob o fundamento de que, no dia 30/10/2015, efetuou o pagamento do IPTU do exercício de 1997, no valor de R\$592,49, relativamente ao imóvel situado na Rua Vinte e Oito de Setembro, 3.383, São Carlos, descrito nos autos da Execução Fiscal nº 0018657-73.2002.8.26.0566 ajuizada pelo requerido, que, contudo, era inexigível em razão da ocorrência da prescrição ao tempo do pagamento, daí fazer jus à repetição do valor pago. Instruiu a petição inicial com os documentos de fls. 06/30.

Citado, o Município de São Carlos apresentou contestação (fls. 37/39), afirmando que, de fato, em sentença transitada em julgado, foi reconhecida a prescrição do débito, tendo a parte autora o direito à restituição do valor pleiteado. Alega, contudo, falta o interesse de agir da autora, uma vez que não houve pedido administrativo de restituição. Requer, então, a extinção do processo sem julgamento do mérito.

Houve réplica (fls. 45/49).

É o relatório.

Fundamento e decido.

Passa-se ao julgamento imediato da ação – nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil –, pois a matéria é unicamente de direito, não havendo necessidade de se produzir prova em audiência.

O Município de São Carlos reconhece que o autor tem o direito à restituição da importância paga, porém pretende a extinção do processo sem resolução do mérito, ante a ausência de pedido administrativo para o ressarcimento.

Pois bem.

1006255-15.2017.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Quanto à alegação de falta de interesse, por ausência do pedido administrativo, esta não tem razão de ser, uma vez que, por força de lei, independentemente de requerimento, está consagrado o direito à restituição do tributo. Ademais, mesmo após o ajuizamento da ação, não foi feito qualquer depósito.

Neste sentido já decidiu o C. Superior Tribunal de Justiça.

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PRÉVIO REQUERIMENTO OU EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE. INTERESSE DE AGIR. RECONHECIMENTO DO INDÉBITO PELA PRÓPRIA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

1. No tocante à necessidade de exaurimento prévio da via administrativa para o ingresso de demanda judicial, o entendimento das duas Turmas que compõem a Primeira Seção desta Corte é no sentido de que o não-esgotamento da via administrativa não resulta em falta de interesse de agir capaz de obstar o prosseguimento do pleito repetitivo. 2. Agravo regimental não-provido. (STJ, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 19/08/2010, T2 - SEGUNDA TURMA).

No mais, a prescrição foi reconhecida no bojo da execução fiscal nº 0018657-73.2002.8.26.0566 ajuizada em desfavor da autora, conforme cópias da sentença e acórdão juntadas às fls. 16/28.

E, consumada a prescrição, extinto fica o próprio tributo, conforme previsão do artigo 156, V, do Código Tributário Nacional, daí ser possível a repetição de indébito (já que se pagou o que nem mais existia juridicamente o tributo) ou como decidido pelo C. Superior Tribunal de Justiça, "*... a prescrição tributária é causa de extinção do próprio crédito (art. 156, V, do CTN), e não apenas da pretensão para a busca de tutela jurisdicional. Com essas considerações, nego provimento ao Recurso Especial*" (STJ, REsp 1.223.420/RS, 2ª T., Rel. Min. Herman Benjamin, v.u., j. 17.2.11, DJe 15.3.11).

No mesmo sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PARCELAMENTO DE CRÉDITO JÁ PRESCRITO. RESTABELECIMENTO DA EXIGIBILIDADE. IMPOSSIBILIDADE. RENÚNCIA À PRESCRIÇÃO. INAPLICABILIDADE NO


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ÂMBITO DO DIREITO TRIBUTÁRIO. ART. 156, V, DO CTN. 1. O parcelamento postulado depois de transcorrido o prazo prescricional não restabelece a exigibilidade do crédito tributário. Isso porque: a) não é possível interromper a prescrição de crédito tributário já prescrito; e b) a prescrição tributária não está sujeita à renúncia, uma vez que ela não é causa de extinção, apenas, do direito de ação, mas, sim, do próprio direito ao crédito tributário (art. 156, V, do CTN). Precedentes: AgRg no RMS 36.492/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23/04/2012; REsp 1.210.340/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10/11/2010; REsp 812.669/RS, Rel. Ministro José Delgado, Primeira Turma, DJ 18/09/2006. 2. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 51.538/MG, 1ª T., Rel. Min. Benedito Gonçalves, v.u., j. 14.8.12, DJe 21.8.12).

Assim, a procedência do pedido é medida que se impõe.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, I, do CPC e **PROCEDENTE** o pedido, para o fim de condenar o MUNICÍPIO réu à repetição do valor pago a título de IPTU, referente ao exercício de 1997, no valor de R\$592,49, com correção monetária desde a data do pagamento, observando-se a "Tabela Lei Federal nº 11.960/09 – Modulada" e juros de mora legais a partir do trânsito em julgado, tal como preceitua o artigo 167, parágrafo único do Código Tributário Nacional.

Sem verbas sucumbenciais (art. 27 da Lei nº 12.153/09 c/c art. 55 da Lei nº 9.099/95).

P. I.

São Carlos, 17 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**